

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1772873 - SP (2018/0265530-3)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS : CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO - PE020670**  
**ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA E OUTRO(S) - SP344647**  
**AGRAVADO : COSMA COUTINHO FERREIRA**  
**ADVOGADOS : HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986**  
**JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568**  
**INTERES. : CLARISMINA CARDOSO**  
**INTERES. : CLAUDIO JOSE DIAS**  
**INTERES. : CLETINA FERREIRA ZACARIAS**  
**INTERES. : CRISTINA APARECIDA VIEIRA GOMES**  
**INTERES. : DACIO PRATES**  
**INTERES. : DANIEL CANDIDO TRINDADE**  
**INTERES. : DONIZETTI GALLO**  
**INTERES. : ELITA FERREIRA DE CARVALHO**  
**INTERES. : ENEDINA JOSE DA SILVA CARNEIRO**  
**INTERES. : ESMERALDA ALVES CERIOLI**  
**ADVOGADOS : HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986**  
**JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568**

**EMENTA**

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO CONSOANTE A SUA FUNÇÃO SOCIAL, A BOA-FÉ OBJETIVA, E A NATUREZA ADESIVA. A CLÁUSULA DAS CONDIÇÕES PARTICULARES DO SEGURO QUE AFASTA A COBERTURA DOS VÍCIOS CONSTRUTIVOS AFRONTA O QUANTO DISPOSTO NO ART. 51, VI E §2º, DO CDC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS QUESTÕES DE FUNDO.*

*1. Discussão acerca da abusividade de cláusula constante nas condições particulares do seguro habitacional inserto no âmbito do SFH segundo a qual vícios de construção ou defeitos físicos oriundos de causas internas estejam afastados da cobertura securitária.*

*2. O seguro é erigido dentro do sistema de financiamento como garantia ao segurado e, do mesmo modo, ao*

*financiador, de modo que possa desempenhar a sua mais clara função: garantir que o segurado seja ressarcido pelos riscos invalidez/morte, danos físicos ao imóvel financiado, e responsabilidade do construtor e que o credor financiante não seja surpreendido com a ruína do imóvel que garante o financiamento.*

*3. Abusividade da cláusula das condições particulares do seguro habitacional que restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato. Incompatibilidade com os fins sociais do seguro obrigatório habitacional da exclusão dos principais vícios que acometam o bem objeto de garantia do financiamento.*

*4. Ilegitimidade passiva afastada na origem quando do julgamento de anterior agravo de instrumento, cujo recurso especial e o agravo em recurso especial não foram conhecidos. Preclusão. Questão, ademais, a depender da revisão do contexto fático probatório, o que não é da competência deste Tribunal Superior. Incidência, ainda, do enunciado 7/STJ.*

**5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino  
Relator